

no n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, e do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/2009, de 31 de março, foi criado o Consulado Honorário de Portugal em Erbil, dependente da Embaixada de Portugal em Abu Dhabi.

11 de outubro de 2012. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

206448576

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 13503/2012

Com a aprovação da nova Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, o Decreto-Lei n.º 122/2011, de 29 de dezembro, procedeu-se a uma reestruturação orgânica do Ministério, designadamente do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P. (IASFA), com o objetivo de obter uma maior eficiência dos serviços, resultando numa diminuição muito significativa dos cargos dirigentes superiores e dos cargos dirigentes intermédios do Ministério da Defesa Nacional. Determina-se no seu artigo 18.º, n.º 3, que o IASFA é dirigido por um conselho diretivo, constituído por um presidente e um vogal.

No sentido de reorganizar a estrutura do IASFA, dando-lhe maior coerência e capacidade de resposta no desempenho das funções que deverá assegurar, eliminando redundâncias e reduzindo substancialmente os seus custos de funcionamento, tendo sempre presente os princípios orientadores da organização e funcionamento dos serviços da administração indireta do Estado, foi aprovada a nova orgânica do IASFA pelo Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, que, face à opção por uma estrutura organizacional dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio, permite garantir a adaptação dos serviços às mudanças, em razão da natureza e exigências das atividades a desenvolver, por um lado, e da qualidade dos métodos de trabalho e de organização, por outro, visando a racionalização dos meios, a eficiência da utilização dos recursos públicos e a melhoria dos serviços prestados.

Consequentemente, com a aprovação do Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, e como resulta da alínea c) do n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 5/2012 de 17 de janeiro, que aprova a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, cessou o mandato dos membros do conselho diretivo do IASFA, tornando-se necessário proceder à sua nomeação.

Nestes termos, para presidente deste órgão, entende-se que o tenente-general na situação de reforma Francisco António Fialho da Rosa, pela aptidão e experiência profissional demonstrada pela síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante, tem o perfil pessoal e profissional adequado para se alcançar os objetivos pretendidos para o IASFA.

Igualmente, para vogal do órgão, entende-se que o licenciado Carlos Liberato Baptista, cuja síntese curricular se encontra publicada em anexo ao presente despacho, e do qual faz parte integrante, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias para o exercício do cargo para o qual é designado.

Assim, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, do n.º 1 do artigo 20.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, e obtida a autorização para o exercício de funções públicas pelo ora designado, nos termos dos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, determina-se o seguinte:

1 — É designado para exercer o cargo de presidente do conselho diretivo do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P., o tenente-general na situação de reforma Francisco António Fialho da Rosa.

Considerando, ainda, que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicável *ex vi* n.º 4 do artigo 19.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, estabelece, no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura.

Assim, dada a vacatura do lugar, nos termos das disposições conjugadas do artigo 6.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, do n.º 2 do artigo 1.º, do n.º 4 do artigo 19.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, determina-se, ainda, o seguinte:

2 — É designado em regime de substituição para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P., o licenciado Carlos Liberato Baptista.

3 — Ficam ratificados todos os atos praticados pelos membros do conselho diretivo do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P., em regime de gestão corrente, desde a data da cessação dos respetivos mandatos.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da tomada de posse dos ora designados.

1 de outubro de 2012. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Síntese curricular

O tenente-general Francisco António Fialho da Rosa nasceu na Vidigueira, concelho da Vidigueira, em 2 de dezembro de 1945, tem 66 anos de idade e 48 anos de serviço. Foi promovido ao atual posto em 23 de junho de 2003.

Passou à situação de reserva ativa em 2 de dezembro de 2007 e a pensionista da CGA em maio 2011.

Está habilitado com o curso de Engenharia Eletrotécnica Militar para as Transmissões, o curso de Promoção a Capitão da Escola Prática de Transmissões, o Curso Geral de Comando e Estado-Maior e o Curso Superior de Comando e Direção do Instituto de Altos Estudos Militares.

Possui ainda outras especializações, das quais se destacam: os Cursos de Guerra Eletrónica ministrados na Itália, na França e na Alemanha.

Até coronel, prestou serviço em várias unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército, nomeadamente na Escola Prática de Transmissões, no Quartel-General da Região Militar Centro, na Direção da Arma de Transmissões e no Regimento de Transmissões.

Desempenhou ainda funções de chefe da Repartição da Divisão de Comunicações e Eletrónica do Estado-Maior General das Forças Armadas e, posteriormente, de adjunto do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Serviu também no Ministério da Defesa Nacional, como chefe da Divisão de Transportes e Comunicações da Direção-Geral de Infraestruturas.

Como coronel, desempenhou as funções de comandante da Escola Prática de Transmissões, no Porto.

Após a frequência o Curso Superior de Comando e Direção, foi colocado na Direção dos Serviços de Transmissões, como Subdiretor e, posteriormente, como diretor, no posto de major-general.

Entre 2002 e 2003, exerceu funções de chefe do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército.

Como tenente-general, foi nomeado comandante da Logística e quartel-mestre-general, funções que desempenhou entre 2003 e 2007.

Em 2007 e até à data da sua passagem à reserva, exerceu as funções de Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército e, em acumulação, entre 20 de fevereiro e 1 de outubro de 2007, adjunto para o Planeamento.

Na situação de reserva foi vogal do Conselho Superior de Disciplina do Exército. Desde 3 de março de 2008 desempenha funções como presidente do conselho diretivo do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.

Cumpriu uma comissão de serviço no ex-Ultramar, no Agrupamento de Transmissões em Angola.

Da sua folha de serviços constam 22 louvores, dos quais 3 concedidos pelo Ministro da Defesa Nacional, 2 concedidos pelo general Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, 7 concedidos pelo general Chefe de Estado-Maior do Exército, e foi agraciado com várias condecorações, grã-cruz da Ordem Militar de Avis, grande-oficial e cavaleiro da mesma Ordem, quatro medalhas de serviços distintos (duas de ouro e duas de prata), grã-cruz de mérito militar, medalha da defesa nacional, 1.ª classe, e cruz de 1.ª classe da Ordem de Mérito Militar de Espanha, entre outras.

É casado com Ana Bela Alves Rodrigues Fialho da Rosa e têm um filho e uma filha.

Síntese curricular

Carlos Liberato Baptista nasceu em 14 de março de 1959, é casado e tem uma filha de 15 anos. É licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISE (atual ISEG), e pós-graduado em Economia Agrícola Instituto Gulbenkian de Ciência; Atualizado na Universidade Católica; Programa de Direção de Empresas pela AESE; e Programa Avançado de Gestão de Instituições de Saúde pela AESE. Desempenhou funções na Companhia de Seguros Mundial Confiança, E. P. (1983 1987); na Companhia de Seguros GAN Ramos Reais (1987 1889); na Companhia de Seguros Bonança, SA (1989 1993); integrou o Instituto das Obras Sociais dos CTT (outubro de 1993 a setembro de 1995); integrou os quadros da Telecom Portugal como quadro superior e foi designado como vogal do conselho diretivo do Instituto de Obras Sociais, entidade que fazia a gestão do sistema de saúde dos CTT e da Telecom Portugal; integrou a PT ACS (setembro de 1995 a julho de 2009) tendo exercido a função de administrador-delegado, coordenando a área operacional e a gestão dos benefícios atribuídos aos aderentes dos respetivos planos de saúde. Atualmente, desempenha funções na Matisola SGPS, S. A. (janeiro de 2000 até à presente data), como presidente do conselho de administração e por inerência exerce as funções de presidente do conselho de administração e de gerente de duas empresas participadas, a Matesica Materiais Sintéticos para Construção, S. A. (janeiro de 2000

até à data), e da Lusomax, Comércio, Importação e Exportação. L.ª (janeiro de 2007 até à data).

Entre julho e agosto de 2012, elaborou um estudo sobre a gestão do sistema de saúde da ADM, por nomeação do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional.

Exerceu o cargo de secretário-geral da Associação Portuguesa de Segurança Social; de vice-presidente da direção da Associação Nacional dos Sistemas de Saúde; e de consultor da Companhia de Seguros Rural do Grupo Crédito Agrícola.

206449248

Secretaria-Geral

Declaração n.º 211/2012

Conclusão do Período Experimental

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, por força do disposto no artigo 73.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, declara-se que na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Secretaria-Geral do MDN os trabalhadores abaixo identificados, concluíram, com sucesso, o seu período experimental nas respetivas carreiras, nos termos do n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, sendo o respetivo tempo de duração do período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

Nome	Carreira/categoria
Hugo Alexandre de Freitas Belo	Técnico Superior.
Maria de Lurdes Almeida Frias	Técnico Superior.
Rute Sofia Ovos Belchior	Técnico Superior.
António Fonseca Ramos	Assistente Técnico.
Gonçalo David Gomes Brito da Silva	Assistente Técnico.
Sónia Alexandra dos Santos Oliveira	Assistente Técnico.
Joana Daniela Barbosa da Silva Gomes	Assistente Técnico.
Renato José Alves Pauleta	Assistente Técnico.

8 de outubro de 2012. — O Secretário-Geral, *Gustavo André Esteves Alves Madeira*.

206447839

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Declaração de retificação n.º 1324/2012

Por ter saído com inexactidão o Despacho n.º 13052/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 4 de outubro

Posto	Arma/Serviço	NIM	Nome	Data reserva
SMor	Inf	15357481	José Manuel Bicheiro Sanches	01/09/12
SCh	Cav	09063483	Luís José da Silva Ferreira	01/09/12
SAj	Tm	19483083	João Carlos Duarte de Carvalho	01/09/12
SAj	Mat	07824282	João Carlos Mendes Faztudo	01/09/12
SAj	SS	05907487	João Manuel da Silva Sousa	01/09/12
SAj	Mat	07495388	Luís Alexandre Cantoneiro Velez	08/09/12
SAj	Inf	06763187	João de Deus Prada Ferreira	09/09/12
SCh	Art	02518782	Luís Daniel Alves	10/09/12
SAj	SS	14892387	José Emanuel Antunes Félix	10/09/12
SCh	Mus	04272386	José António dos Santos Lima	11/09/12
SCh	AM	16099481	João Manuel de Oliveira Salgado	30/09/12
SAj	Inf	02636187	José António Rodrigues Libório	30/09/12

3 de outubro de 2012. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército Português, o Comandante do Pessoal do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, tenente-general.

206449572

de 2012, a p. 33420, retifica-se que onde se lê «9304193, primeiro-sargento C Carlos Martins Batista» deve ler-se «110494, primeiro-sargento C Carlos Alberto de Almeida Sousa».

8 de outubro de 2012. — Por subdelegação do Superintendente do Serviço de Pessoal, o Diretor do Serviço de Pessoal, *Rui Manuel Costa Casqueiro de Sampaio*, contra-almirante.

206446534

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Despacho n.º 13504/2012

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o 1Sarg Cav NIM 13027990 Ricardo Teixeira Moura Rodrigues, transite para a situação de reserva

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 01 de setembro de 2012.

3 de outubro de 2012. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército Português, o Comandante do Pessoal do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, tenente-general.

206449604

Despacho n.º 13505/2012

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o SAj Para 09557187 Fernando Júlio de Sá Matos Pereira, transite para a:

Situação de reserva

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 05 de julho de 2012.

3 de outubro de 2012. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Comandante do Pessoal do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, tenente-general.

206449434

Despacho n.º 13506/2012

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os Sargentos abaixo discriminados, transitem para a:

Situação de reserva

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do Artigo 3.º do DL-166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerados nesta situação na data que cada um se indica: